

Mulheres japonesas e suas famílias: migração e colonização privada no estado de Mato Grosso - 1952

*Aldina Cássia Fernandes da Silva**

Introdução

Este artigo faz parte das pesquisas realizadas para a dissertação “Nas trilhas da memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso - Gleba Rio Ferro (1950 – 1960)”, de 2004. As experiências de homens e mulheres revelaram rostos diversos que participaram do processo migratório e da colonização privada. Nas múltiplas formas de lembrança, enquanto sujeito histórico, a mulher japonesa revela os papéis por ela assumidos na migração a partir de costumes aprendidos na família, sempre voltados para a formação de sentido cultural e para a orientação de ações futuras para a vida dos seus membros.

Recorre-se a Jörn Rüsen (2014) para fundamentação das reflexões e compreensão da formação de sentido cultural. Esta consiste na apreensão do tempo, enquanto categoria universal e elementar da existência humana. A dimensão temporal está em interconexão com a experiência e com “o sentido que os seres humanos extraem do tempo ou conferem ao tempo, eles próprios pertencem a esse evento de sentido da cultura.” (RÜSEN: 2014, p. 254)

Para o autor, a cultura é compreendida como uma forma de “lidar com o tempo que leva à formação de sentido onde quer que vivam seres humanos e como quer que eles vivam.” (RÜSEN: 2014, p.255). Embora a cultura seja uma dimensão que está entrelaçada a outras, como o trabalho e a sociedade, não consegue englobar todos os acontecimentos da vida humana. É preciso interpretar o tempo que possibilita sentido para a vida, pois essa formação de sentido implica a interconexão de quatro atividades mentais consideradas complexas: experimentar, interpretar, orientar e motivar. Assim, experimentar é considerar o tempo como algo que envolve coisas e seres humanos que se alternam. A interpretação se relaciona com a concepção de memorização e expectativa. Com essa premissa a vida humana é realizada conforme a orientação dada, gerando ações motivadoras (RÜSEN: 2014, p.267 e 268).

* Mestre em História pela UFMT, doutoranda em História pela UFPR (CAPES), professora de História da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso. E-mail: aldinacassia@gmail.com

Nesse contexto, a partir da interpretação temporal das ações de homens e mulheres japonesas e suas famílias, emergiram vários tipos de formação de sentido e dimensões temporais, que serão explicitadas ao longo do texto, fazendo intersecções com a concepção familiar, o processo migratório e o trabalho, entre outras.

Com essas considerações, é possível verificar que fragmentos dos relatos refletem uma variedade de vivências temporais e a formação de sentido cultural que possibilita entender a interiorização do papel das mulheres no processo migratório e suas dinâmicas. Já as transformações e manutenção de traços culturais são importantes para apreensão dos pilares que amparam as famílias neste processo migratório. Para Morokvasic (2016), a migração pode reforçar as hierarquias na família e as relações de gêneros existentes, mas também possibilita que sejam reformuladas e, então, dar surgimento a novas formas de viver.

Assim, parte-se do princípio de que as primeiras famílias na Gleba Rio Ferro tentaram reproduzir uma estrutura familiar que prezava os valores coletivos como hierarquia e obediência para fortalecimento das relações de gênero já existentes e o sentimento de pertença. No decorrer do processo migratório, porém, profundas modificações ocorreram nessa forma de pensar.

As fontes orais obtidas na pesquisa auxiliam a interpretação do processo migratório por meio do relato das experiências de homens e mulheres que se deslocaram para a Gleba Rio Ferro na década de 50, bem como o entendimento dos papéis assumidos pelos japoneses. São narrativas que atualizam, no presente, o passado repleto de significados culturais e apontam para diversas possibilidades de estudo relacionadas às mulheres japonesas: família, matrimônio, maternidade, trabalho, política, educação, corpo, sentimentos, entre outros.

Dentre as nuances que emergem das fontes orais, há duas vertentes principais vinculadas ao tema: migração de mulheres japonesas e a formação de famílias. A primeira está relacionada à questão da formação de sentido cultural que moldou a variedade de trabalhos desempenhados pelas mulheres japonesas e a segunda, ao tempo dos enlaces matrimoniais. Não há pretensão de englobar todas as questões correlacionadas a essas vertentes. Pretende-se compreender parte da pluralidade de orientação de papéis desempenhados pelas mulheres japonesas na família dentro do novo espaço ocupado, bem como identificar os traços culturais que proporcionaram sentido e emolduraram as formas de agir e pensar dos homens e mulheres em estudo.

Nessa linha, os fragmentos de relatos de memória são de homens e mulheres que se disponibilizaram a contar, no presente, suas experiências, o que possibilita o tecido do texto. As entrevistas foram realizadas entre 2003 e 2007 e especificadas à frente do nome dos entrevistados. Os narradores são japoneses e descendentes que emigraram das ilhas centrais do Japão. Destaca-se que no Japão há vários grupos étnicos que compõem o país, como os Okinawas e os Ainus, entre outros. Diante dessa heterogeneidade, é importante salientar a origem do grupo que se pretende estudar. Os entrevistados têm como referência as províncias pertencentes às Ilhas Centrais do Japão: Fukushima, Wakamiyae

e Nagano entre outras. O pertencimento a essas províncias confere diferenças culturais consolidadas durante o período de unificação e expansão territorial japonesa em relação aos povos que foram anexados ao Japão.

Não é oportuno fazer uma discussão sobre as diferenças culturais existentes no Japão, mas é interessante considerar que, na formação de sentido cultural de inúmeros japoneses das Ilhas Centrais, a representação de famílias como tradicionais está relacionada com a orientação cultural, tendo como referência o sentimento de pertença aos lugares de origem, às tradições e os costumes. O sentido dessa configuração de pertencimento é reconstituído na formação da colônia Gleba Rio Ferro, nas associações, em muitos processos migratórios e nos papéis desempenhados por inúmeras mulheres e homens japoneses.

Sendo assim, os fios que compõem cada relato de vida trazem inúmeros meandros e permitem a visualização de vínculos da memória de muitas mulheres japonesas com relação à formação de sentido cultural e à família. Em vista disso, a “História oral permite o registro de testemunhos e o acesso à “história dentro da História” e, dessa forma, amplia as possibilidades de interpretação do passado” (ALBERTI: 2008, p. 156).

A propósito, a história oral é entendida como metodologia que permite a ampliação do conhecimento de muitas mulheres e homens japoneses que reelaboram suas experiências em relação a seu papel e ao sentido cultural das suas ações. A afirmação se sobrepõe: “Uma das principais riquezas da História oral está em permitir o estudo das formas como pessoas ou grupos efetuaram e elaboraram experiências, incluindo situações de aprendizado e decisões estratégicas” (ALBERTI: 2008, p. 165).

No entanto, segundo Paul Ricoeur (2007), a memória individual faz parte da memória coletiva, mas representa um ponto de vista que se modifica conforme o lugar social que ocupa. Esse lugar também se altera, conforme a interação das pessoas com vários meios. Desse modo, os fragmentos dos relatos serão compreendidos no presente texto considerando a posição social dos sujeitos no grupo familiar.

Da Gleba Rio Ferro

No contexto sociopolítico, as famílias japonesas fizeram parte do processo de migração e colonização, na década de 1950, do Estado de Mato Grosso, cuja política foi pautada na ocupação privada dos espaços considerados vazios com mão-de-obra imigrante, no norte do estado, destinados à formação de núcleos de povoamento e produção agrícola.

Para os governos estadual e federal, a economia mato-grossense não proporcionava grandes rendimentos para os cofres do Estado e da União. Os discursos governamentais afirmavam que sua maior preocupação era “colonizar os espaços vazios”, a fim de dinamizar a ocupação produtiva da terra. O governo estadual colocou à venda áreas de terras devolutas com oferta de glebas para empresas privadas que estivessem interessadas em trazer colonos que se estabelecessem em Mato Grosso.

Silva (2004) observa que o governador da época, Sr. Fernando Corrêa da Costa, até 1950, limitara-se a reservar grandes áreas de terras para a colonização privada. O interesse era por empresas que tivessem capital para abrirem as matas e ofertassem infraestruturas aos colonos que adquiriam os lotes. Na retórica do governo, essa política tinha como proposta promover o desenvolvimento do Estado e salvaguardar os interesses dos pequenos lavradores, por meio da colonização dirigida. As glebas foram, então, demarcadas com cerca de 200.000 hectares para cada empresa colonizadora que deveria dividi-las em pequenos lotes e vendê-las a “interessados idôneos”. A gleba destinada a Colonizadora Rio Ferro Ltda. pertencia a Yassaturo Matsubara, que havia obtido 200.000 hectares para promoção da colonização com imigrantes japoneses.

A Gleba Rio Ferro está localizada ao norte do Estado de Mato Grosso e distante da capital Cuiabá aproximadamente 513 quilômetros, com passagem e transporte pelas BR MT-364, MT-225, MT-163. Foi nesse contexto que as mulheres se tornaram mais independentes. Subiram nos caminhões, escolheram o que levar e partiram juntamente com seus familiares para esse novo espaço. Nesse processo, a família tinha como chefe o homem que negociou a aquisição das terras e detinha o poder de comando da rede familiar. A seguir será detalhado o papel das mulheres na rede familiar no processo migratório.

As mãos que lavram a terra e a formação cultural de sentido



Mulheres no desmate das terras da Colônia Rio Ferro.
Fonte: Acervo Particular da Família Matsubara (1955)

Para ilustrar a questão, vê-se que na Gleba Rio Ferro as mãos das mulheres “arremessaram machados” contra os troncos das árvores e utilizaram o “traçador¹” no corte dos troncos. A lembrança do “tempo do desmate”, vivenciada pelas japonesas, revela parte do cotidiano dos acampamentos:

“É, mais me arrependi de ter vindo para o Rio Ferro. Porque veio num mato desse, nossa. Sofrimento que passei!! Nessa Dracena, que nós fomos derrubar mato eu passei apurada, tinha que cozinhar debaixo da chuva, não podia fazer na barraca, cozinhar embaixo da lona queimava tudo né, não dava. E lá fora quando chovia, fazia comida lá fora chovendo. Ah! Que sofrimento que passei!!!” (Relato de Nobuco Wakamiya Konno - 2003).

Verifica-se que as ocupações no campo durante o “tempo do desmate” se entrelaçavam com o tempo do trabalho doméstico. Cozinhar era considerado uma atividade feminina que devia ser conciliada com o trabalho pesado da derrubada das matas. No cotidiano do acampamento, o mais significativo para a narradora foi a preparação dos alimentos sob a chuva. A lembrança do sofrer da narradora está em tensão com a sua expectativa, pois o sentimento de esperança por dias melhores, que as invade ao subirem o caminhão, modifica-se frente à realidade enfrentada na chegada.

Os colonos japoneses acampavam com seus familiares em locais próximos da área a ser desmatada. Não havia preocupação de se montar uma cozinha, ou mesmo uma cobertura, para que as mulheres pudessem armazenar utensílios e alimentos. A preocupação deles sempre estava relacionada à abertura das matas e estradas, construção de pontes e balsas somente para aquisição de lotes de terra.

As estradas que davam acesso às propriedades foram abertas pelos colonos, que ao chegarem às terras adquiridas iniciavam a construção das residências de suas famílias. Convém ressaltar que os japoneses que se deslocaram em caravanas para a Gleba trabalharam em conjunto com os engenheiros e empreiteiros contratados pelo colonizador. A Colonizadora contratou vários colonos para auxiliar no tempo do desmate. O colonizador, como garantia da força de trabalho, havia estipulado uma cláusula que estabelecia requisição da força do trabalho familiar, caso se necessitasse. Isso constava num contrato assinado pelos colonos que definia idade acima de 14 (catorze) anos. As famílias que chegaram depois da primeira caravana já encontraram, portanto, uma realidade diferente: espaço desmatado e construído.

Naquele momento o mais importante e significativo para esses colonos era conseguir um lote de terra para serem proprietários e tornarem-se agricultores autônomos. Muitos imigrantes acreditavam que somente com dedicação ao trabalho alcançariam uma vida melhor. Assim, o “tempo de trabalho” prevalecia

sobre outras práticas cotidianas. Para enfrentar o deslocamento, a abertura das terras, a mudança de vida, muitos homens e mulheres japonesas recorreram aos princípios do *gambarê*, que significa “a luta para vencer através da qual os imigrantes japoneses, do trabalho e dos estudos procuram os meios para vencer” (SAKURAI: 1993, p. 62). Para a narradora D. Heloisa, *gambarê* significa:

Se esforce! Em tudo, em estudo, em trabalho, em atividade, em tudo, se esforce. Sempre falava assim: *gambarê*, né. Se esforce para ser feliz, sempre minha mãe falava. Isto era normal para nós. Falava assim, para se esforçar, para vencer as dificuldades e ser feliz em tudo. (Relato de HeloisaYumiko - 2003).

No tempo do desmate, esses valores proporcionaram sentido às ações e foram fundamentais para que homens e mulheres suportassem as dificuldades. A dedicação e o esforço da mulher japonesa, responsável por estes ensinamentos na família, representaram um papel preponderante no tempo do desmate, na preparação do solo para o cultivo, na educação dos filhos, nos afazeres domésticos. Assim, a imersão no trabalho, com resignação e disciplina, era a forma de “vencer na vida” e garantir a educação para um futuro melhor aos seus descendentes. Esses valores são parte da ideia de *gambarê*, conceito muito significativo para todos.

Do ponto de vista do *gambarê*, as mulheres vivenciavam uma experiência de desmate diferente de muitos homens, pois conciliavam seus afazeres domésticos aos recursos existentes no novo espaço de ocupação. Nas narrativas, o papel da mulher à frente da expansão e colonização nas terras da Gleba Rio Ferro não se restringe à educação dos filhos e às tarefas da casa. A mulher japonesa também trabalhou no desmate, no plantio e no cultivo da terra, assim como a professora da escola da Gleba, que também vivenciou esse tempo de uma forma ímpar, singular.

Para Sakurai, (1993: p.93) “São essas personagens femininas que exercem como ninguém o espírito do *gambarê* e sofrem de perto as agruras das diferenças culturais”. Já os jovens, desde cedo, eram inseridos nos trabalhos domésticos e no campo. Cortavam os arbustos pequenos e limpavam as gramíneas que cobriam o solo. Na divisão do trabalho, emerge a polarização masculina e feminina na distribuição das tarefas. Como uma função exclusivamente masculina, o trabalho na abertura de estradas, construções, pontes e balsas sempre obteve destaque.

Contudo, para se entender os papéis desempenhados por homens e mulheres japonesas, faz-se necessária a compreensão de algumas considerações sobre a formação de sentido cultural das famílias japonesas. Já foi mencionada a questão dos valores do *gambarê*, ensinado na família e constituinte da orientação de sentido cultural tradicional para os japoneses com o objetivo de modelar o comportamento esperado. Há, porém, outros valores que se entrelaçam a esta

formação de sentido cultural fundamentados nos processos cognitivos, como respeito, hierarquia, solidariedade, cooperação, entre outros. São orientações culturais tradicionais que permitem aos japoneses a compreensão do mundo, de si mesmos e dos outros.

Apesar de haver muitas nuances que envolvem essa questão, serão associados a ela alguns elementos recortados e que fizeram parte das experiências de muitas mulheres japonesas e de suas famílias. Os japoneses da Gleba Rio Ferro imigraram para o Brasil entre as décadas de 1920 e 1930 e fixaram residência na cidade de Marília (SP). Vieira (1973: p.111) realizou estudos sobre as famílias japonesas estabelecidas na cidade de Marília (SP) e afirma que as relações familiares “caracterizavam-se por um padrão de subordinação-dominação, uma nítida hierarquização e uma orientação coletiva.”

Após a Segunda Guerra Mundial, no Japão e no Brasil, esses pilares da família japonesa sofrem modificações. A maioria desses japoneses migrantes traz, porém, elementos culturais que aprenderam nas relações familiares para o novo espaço de ocupação como o sentido cultural tradicional, a hierarquia e a solidariedade. Nessas constelações familiares, o potencial de sentido que os japoneses conferem à sua interpretação no presente está carregado de peculiaridades do passado, observadas nas experiências narradas. O futuro, segundo os mais velhos, depende da continuidade desse sentido nas ações dos descendentes. Ocorrem, todavia, mudanças dos tempos na apropriação desse sentido, que pode ser efetuada de outras formas, como por meio do “distanciamento crítico, rejeição e condenação.” (RÜSEN: 2014, p. 275).

De acordo com a hierarquia familiar, cada membro deve reconhecer o direito do outro de interferência em determinados assuntos que, mesmo individuais, são percebidos como assuntos familiares. Por isso a afirmação: “Os japoneses visam à conduta adequada às várias idades e ocasiões, mais que a consistência dos caracteres” (BENEDICT: 2002, p.239).

Nessa família, o chefe mantinha uma relação de subordinação com os membros da família e representava o poder máximo. As decisões sobre casamento dos filhos, trabalho familiar, educação, assuntos sociais e econômicos ficavam sob a responsabilidade dele. Esse poder hierárquico dentro das famílias japonesas consolidava-se em três ideias: “os homens são superiores às mulheres, os mais velhos, aos mais jovens e os nascidos na família aos que vierem de fora.” (VIEIRA: 1973, p.111).

Conforme Sakurai (2007: p. 157-159), para que os membros das famílias sigam os princípios da hierarquia e a harmonia, cada pessoa tem a função de preservar o bem de todos. A autora ainda afirma que os pilares do confucionismo e do budismo sustentam essas orientações culturais tradicionais. A concepção é do trabalho pela coletividade, fortalecido pela ideologia do Estado na Era *Meiji* (1868-1912), no período *Taicho* (1912-1926) e no início da era *Showa* (1926-1989) com suas respectivas especificidades. Essa ideologia é símbolo da ideia de

unidade nacional empregada durante a Era *Meiji* no projeto de modernização do país, que se perpetua durante décadas no Japão.

Diante disso, ocorre um movimento amplo por parte dos conservadores que envolvem a educação como estabelecimento de formação dos japoneses em moral e cívica, com a participação em Associações de Jovens, criação de cooperativas rurais, poupanças coletivas, entre outros. As ações do governo são voltadas para afastar o individualismo e fortalecer a cooperação e a solidariedade. (SAKURAI: 2007, p.159)

Inúmeros imigrantes das famílias em estudo tiveram essa formação no Japão antes da emigração para o Brasil. Sempre voltada para a coletividade, em harmonia e respeito à hierarquia, esses preceitos orientaram inúmeras ações no Brasil, no novo espaço de ocupação. Assim a formação familiar impunha às mulheres um papel secundário no meio familiar, caracterizado pela hierarquia e prevalência do chefe familiar.

Apesar da influência dos membros da primeira geração, os imigrantes continuaram expressando nas relações familiares os princípios da orientação cultural hierárquica e coletiva. Muitas mulheres, naquele espaço, começaram a controlar suas ações com a utilização da astúcia e, assim, planejavam táticas que lhes proporcionavam uma condição de autonomia em várias questões nas relações familiares. D. Nobuco (2003), relata como utilizou táticas para mudança do tempo e não construção de uma família numerosa, ao mesmo tempo que exerceu um controle das ações: “Eu evitava filho, não queria ter aquela filharada, se não evitasse, era um atrás do outro. Falava para meu marido, ele queria mais. Eu falava não, do jeito que está é difícil criar filho! Ainda bem que tive só estes três filhos”.

De alguma forma, Nobuco interpretou o tempo de forma a mudar o sentido da estrutura familiar e alterou uma situação, que para ela seria difícil, para uma favorável. Este acontecimento representa que o sentido cultural recebido anteriormente é considerado um fardo que é necessário modificar nas relações familiares. A família numerosa, como era costume, não representava mais um padrão a ser seguido. Para a japonesa, a transformação na forma de pensar a constituição familiar em interconexão com seu papel de progenitora está relacionada com as dificuldades vivenciadas na Gleba Rio Ferro. A situação “difícil” para criar os filhos refere-se à questão precária de sobrevivência das famílias na referida gleba.

Assim, o papel de educadora da mulher japonesa na família mantém estreito vínculo com a influência dos traços culturais que garantem a distinção frente aos outros grupos que se encontram na fronteira. Nesse sentido, para as mulheres japonesas e suas famílias, os traços culturais perpetuados são utilizados também para tornar suportável a mudança que ocorre no processo migratório.

Essas mulheres japonesas, ao se apropriarem dos ensinamentos recebidos na família, interpretam o seu sentido e reelabora-os na educação dos filhos. Assim, muitos *nikkeis* que migraram para a Gleba Rio Ferro têm consciência dos

valores e normas que sua família segue, como a ideia do *gambarê*, da hierarquia, do trabalho coletivo, da importância da educação que estão sempre presentes na percepção do papel do homem e da mulher, mas não se mostram totalmente submissos a eles.

No sentido cultural tradicional, a mulher japonesa deveria ter preocupação em fornecer a seus filhos uma educação dentro do costume japonês, voltada para o “convívio social” entre os indivíduos, tanto dentro da colônia como fora dela. Vale lembrar que a função social da mulher japonesa na formação e orientação das ações dos filhos, dentro do arcabouço de sentido cultural, é relatada pela narradora Heloísa que rememora os ensinamentos repassados por sua mãe: “Minha mãe era uma pessoa fora de série, educadora mesmo. Minha mãe ensinava a vida para nós, lia os livros em japonês, ensinava o costume japonês, as tradições mesmo” (Relato de HeloisaYumiko - 2003).

A percepção da narradora japonesa, ao se referir ao papel da sua mãe como transmissora das “tradições mesmo”, demonstra que a formação do sentido cultural tradicional tem forte ligação com o papel de mãe na família, enquanto educadora e perpetuadora dos costumes japoneses. O sentido desse tempo tradicional pode ser validado com a categoria perduração, pensada por Rösen. Ele explica “tratar-se-ia, então, de uma nova compreensão da orientação temporal tradicional tendo em vista processos de mudança do presente, que não se quer imobilizar através das tradições, mas tornar suportáveis e vivenciáveis.” (RÜSEN, 2014, p. 261).

Nessa perspectiva, o processo migratório se torna suportável na vida dos japoneses, homens e mulheres, na Gleba Rio Ferro, a partir do sentido cultural tradicional empregado em suas ações no cotidiano. As terras de onde migraram tinham, contudo, proximidade com os centros urbanos - havia estradas entre as propriedades para circulação e casas, entre outras infraestruturas que possibilitavam uma vida diferente da realidade que encontraram para chegarem aos lotes. No contrato, as terras seriam utilizadas para o cultivo da *Hevea brasiliensis* em seu habitat nativo. A sua produção levaria dez anos no mínimo, sendo que o plantio e a produção de gêneros alimentícios não obtiveram êxito na gleba.

No tocante ao ensino da língua japonesa (*Nihongo*), no novo espaço, era realizado pela família, sendo a mãe o membro responsável por essa ação. A língua foi um importante elemento utilizado por estas famílias para manutenção do sentido dos valores culturais e fortalecimento da fronteira étnica do grupo. Além disso, destaca-se como marcador da identidade japonesa do grupo no novo espaço de ocupação.

Ao desempenhar essa função social de educação dos descendentes na língua japonesa no Brasil, as mulheres interpretaram e orientaram o sentido da cultura japonesa para as futuras gerações. A motivação estava sempre na comunicação entre os familiares e era realizada em língua japonesa, que

estabelecia a interconexão com o sentimento de pertença dos pais e de seus ancestrais, permitindo que os descendentes se situassem socialmente enquanto descendentes de japoneses.

Esses ensinamentos, realizados na família pelas mulheres, também fortaleciam o vínculo com os familiares que haviam ficado no Japão. Era uma forma de proporcionar autonomia na comunicação entre os japoneses e fortalecer a coesão entre o grupo. Muitos dos descendentes haviam nascido no Brasil, mas mantinham ligações com os familiares que ficaram na terra do sol nascente.

O fragmento do relato da D. Heloisa evidencia que as mulheres tinham um papel significativo na educação dos filhos. Elas deveriam cuidar para que as crianças aprendessem os costumes que proporcionassem sentido ao seu cotidiano. Assim, as mulheres tinham a responsabilidade de manter e repassar traços da cultura japonesa. O objetivo da mãe dessa narradora era de “criar pessoas para o convívio da sociedade dentro de padrões que conduzem os membros da família para o trabalho honesto, para a manutenção da honra e do nome da família” (SAKURAI, 1993, p. 28).

Dessa maneira, a memória das mulheres japonesas é associada, nos relatos à família, ao trabalho e ao papel de formação do sentido cultural tradicional. Contudo, a questão das negociações sobre a compra dos lotes de terras, o contrato estabelecido entre colonos e o colonizador e mesmo as questões financeiras não aparecem nos relatos das mulheres entrevistadas, ainda que o papel da mulher japonesa não tenha ficado limitado ao âmbito doméstico, pois ela é considerada força de trabalho no desmate e na abertura das matas.

Essas mulheres também deviam exercer sua função social no casamento mais que a afetiva e, para cumprir os papéis a elas destinados após o casamento, muitas recebiam formação formal e conhecimentos especiais que proporcionavam o fortalecimento do pertencimento cultural, como vestir o quimono, usar determinados adereços, realizar a cerimônia do chá, entre outros costumes. (SAKURAI, 2007, p.308).

Sabe-se que inúmeras mulheres japonesas solteiras na Gleba Rio Ferro não tinham a autonomia para escolha do seu pretendente para casamento. Sua voz não era ouvida. Eram tratadas como seres humanos passivos que deveriam aceitar as decisões do chefe da família e seguir as orientações culturais tradicionais em relação ao matrimônio. Essa condição de acatar os costumes não era restrita às mulheres, os homens solteiros também deveriam respeitar a escolha de suas esposas. A hierarquização das relações na família, então, também prevalecia nas escolhas dos parceiros em muitos dos casamentos da Gleba.

As famílias eram muito tradicionais. Namorar antes do casamento não podia. Na época, namorar não podia. Somente depois do noivado que namorava. Mas, para casar com outra raça sem ser japonês, ah! O velho não

deixava. Eles exigiam que casasse entre japônês com japonês, na tradição. (Relato de Paulino - 2003).

Nesse contexto, o narrador rememora quanto o sentido cultural de preservação dos costumes está presente nas ações dos pais em relação aos filhos. O importante é preservar os costumes e, dentre eles, o matrimônio. As relações familiares e sociais são fundamentadas no fortalecimento do grupo por meio dos laços endogâmicos, ou seja, o casamento misto era interpretado como prejudicial à manutenção da cultura tradicional japonesa e a expectativa se fixa na manutenção da tradição e na coesão do grupo. A família, imersa em uma forma de convivência tradicional, simboliza transformação de rompimento com os laços de origem para muitos. Com o casamento, formar-se-iam laços de parentesco entre as famílias, o que envolveria a estabilidade do grupo. Desse modo, a aliança entre os jovens da mesma etnia representa a perduração do sentido cultural da coletividade.

Para muitos imigrantes japoneses que se deslocaram para o Estado de Mato Grosso na década de 50, era fundamental que o matrimônio fosse realizado, conforme a orientação cultural que conheciam. No costume japonês, a união matrimonial deveria ocorrer por arranjo (*miai*), ou seja, uma pessoa conhecida serve de intermediária para promoção da aproximação do homem e mulher com a idade considerada adequada para se casarem. O casal somente era apresentado após a aprovação de ambas as partes. O objetivo dos pais de manter o costume do casamento por arranjo tem como premissa a preservação dos costumes, a linhagem familiar e a posição social. A narradora Heloísa relembra o seu casamento realizado por arranjo na Gleba Rio Ferro:

“Casei com dezessete anos, vivi oito anos só com meu marido, ele morreu. Nosso casamento foi registrado no cartório do 3º Ofício de Cuiabá, em 1958. Casei não sei por quê. Nem sei se gostava, naquela época não namorava. Casei através dos padrinhos, tinha o Sr. George Shinohara, dono do Empório Cecília, em Cuiabá, que também foi gerente da Gleba um certo período. Os outros foram o Sr. João Matsubara e Sr. Okamura. Eles foram conversar com meu pai, que tinha um rapaz querendo namorar comigo. Eu não sabia nem quem era direito. O casamento depois foi feito entre meus padrinhos e minha família, na residência dos meus pais e fizeram a festa. Meus amigos disseram para mim preparar uma bacia de água que você vai chorar muito. Eu não sabia o que era o casamento e um homem, só depois de casada que fui descobrindo...descobrindo. Naquela época não tinha televisão, os filhos eram um atrás do outro”. (Relato D. HeloísaYumiko -2003).

A citada narradora, ao rememorar como ocorreu seu casamento, traz à tona a prática do casamento pelo *miai*. O padrinho a que a narradora se refere é o intermediário (*nakodo*) responsável pelo êxito do matrimônio. O *nakodo* é quem promove encontros entre os jovens para futuros casamentos, mas para a D. Heloísa isso significava simbolicamente a obrigação de se casar com o pretendente escolhido pelos pais. Dessa forma, a cerimônia considerada tradicional é realizada na casa do noivo, porém o enlace dela foi diferente. Aconteceu na casa da noiva. A tradição foi transformada para atender à condição do jovem que se mudara para a Gleba sem sua família.

Na Gleba Rio Ferro, entretanto, não havia moças suficientes para todos os homens solteiros. Essa situação tornou a manutenção do casamento por arranjo muito difícil. Por isso, D. Helena afirma que o motorista da gleba, responsável pela manutenção das provisões do armazém, havia se casado com uma moça brasileira, já que também havia famílias brasileiras no novo espaço ocupado.

A mudança de concepção sobre o casamento interétnico ocorreu de forma dinâmica entre os jovens que mantinham relações sociais fora do grupo em que viviam, por meio da escola, do trabalho ou mesmo dos amigos descendentes de outras etnias. Assim, o sentido cultural de casar com pessoas da mesma etnia sofre modificações e outros traços culturais são acionados para marca do sentido da japonesidade.

Mesmo sofrendo mudanças na concepção de casamento, os colonos da Gleba Rio Ferro mantiveram o matrimônio por arranjo (*miai*) na área de colonização. A maioria dos entrevistados para a realização da pesquisa se envolveu em tal ação, ou seja, casamento com jovens da mesma etnia. Vale esclarecer que a mudança na forma tradicional do matrimônio começa a ocorrer no grupo com jovens da terceira geração. Assim diz o Sr. Paulo: “meus filhos é tudo casado com outra raça, nenhum dos filhos são casados com japoneses. Tenho oito filhos tudo casado com outra raça”. Desta forma, a partir da década de 70 é que a mudança na prática do casamento tradicional ocorre entre muitas famílias de origem nipônica,.

Nessa situação, pode-se afirmar que a prática matrimonial das famílias japonesas que se deslocaram para Mato Grosso é caracterizada, principalmente, pela orientação cultural e tradicional, apreendida pelos imigrantes desde a infância e transformada posteriormente, diante das novas experiências durante suas vidas na migração e com o distanciamento de muitos descendentes do sentido cultural.

A memória das narradoras japonesas traz ao palco da história as variações nas formas de realização do matrimônio pelo grupo no que se refere ao ritual e à interpretação do sentido, ou seja, as lentes pelas quais interpretam as orientações recebidas em sua formação familiar e o mundo em que vivem:

Minha mãe se casou pelo *miai* e foi morar com a sogra porque meu pai era filho mais velho. Já a minha tia, que

também se casou pelo mesmo sistema não conhecia o seu marido e foram se conhecer no dia do casamento. O marido dela, no dia, achou que a noiva era uma irmã dela, pois eram cinco irmãs. Há noivos que se conheciam antes ou, às vezes, observavam a família para ver a pretendente. (Relato de Eunice - 2007).

O fragmento acima narrado revela que a prática do casamento tradicional entre as famílias japonesas não era homogêneo. Muitos noivos não tinham permissão para conhecer suas futuras noivas. Os pais sempre procuravam aprovação dos pretendentes que tivessem uma condição econômico-social similar ou superior à da noiva. O fato de se casar com o filho primogênito conferia às esposas obrigações com a família do marido que a levavam para morar na residência dos seus pais. Devido a esse costume, “a sogra japonesa” tem, até hoje, uma imagem bastante estereotipada. É vista como a megera que desconta na esposa do filho tudo aquilo que sofreu nas mãos de sua sogra, ou seja, a esposa trabalha e a sogra critica, continuando uma “mãe sábia” (SAKURAI, 2007, p. 309).

Dessa maneira, na gleba, muitas mulheres assumem a função secundária na hierarquia familiar japonesa. Só obtêm sua valorização e reconhecimento como responsável pelo lar quando exercem a maternidade, pois assim sua autoridade de sogra proporciona a continuidade da família, conforme os costumes. No entanto, as mulheres da pesquisa não contestam essa prática, mas os risos, ao se referirem à sogra, mostram um silêncio que não revela as astúcias utilizadas nessa relação hierárquica familiar. Ser sogra é outro papel que as mulheres, mães de primogênitos, assumem na instituição familiar.

Além disso, é importante ressaltar que, para a constituição da família, as mulheres tornavam-nas numerosas em busca de filhos homens, que nem sempre conseguiam ter. Isso representaria a continuidade sucessória familiar. Segundo Handa, na sociedade considerada tradicional japonesa, “a herança se transmitia aos filhos primogênitos” (HANDA, 1987 p.28).

Em relação às sogras, elas também foram e são atualmente as *obasan* (avós) que assumem o papel de manutenção do sentido cultural, das tradições e costumes formadores das gerações procriadas no Brasil. Os filhos de casamento interétnico, no qual o pai é descendente de japonês e quando há proximidade com a *obasan* paterna, são assumidos por elas com a função de ensinar o sentido cultural japonês.

Para contribuir ainda mais, Kubota, (2008, p.87), ao analisar o papel da mãe e da *obasan*, enquanto responsáveis pela transmissão de tradições e costumes entre as famílias japonesas em Campo Grande-MS, afirma: “Observando diversas famílias, principalmente constituídas por casamentos interétnicos, nota-se que os filhos recebem pouca influência da cultura japonesa quando o pai é descendente”. Este é o caso da própria autora que relata a sua experiência,

na introdução da dissertação, pois é filha de pai japonês e de mãe brasileira e percebeu a diferença na formação do sentido cultural na sua pesquisa quando a mãe e/ou *obasan* assumem o papel de ensinar os costumes japoneses aos filhos e aos netos.

Considerações finais

Nessa breve exposição e dentro dos meandros escolhidos para tecer o presente artigo, o processo cognitivo do sentido cultural que orienta as ações tem fundamental importância para compreensão do papel das mulheres nas famílias e suas experiências nos enlacs matrimoniais ocorridos na Gleba Rio Ferro. Considera-se que a origem dos imigrantes japoneses é um passado que sempre está presente e atuante nas ações ao proporcionar sentido à vida deles. Com esse sentido cultural, o futuro se restringe à formação fundamentada na origem para os imigrantes. Para tanto, a função de realizar a ligação entre a concepção de pertencimento e as experiências cotidianas é atribuído às mulheres que mantêm um papel mais que relevante na formação dos filhos e netos e na orientação e (re) interpretação desse sentido cultural. Sendo assim, as mulheres japonesas da Gleba Rio Ferro se esforçaram para enfrentar as condições difíceis da chegada. Inúmeras delas nunca trabalharam no desmate usando o traçador. Elas continuaram preservando o sentido das tradições e costumes culturais para cumprimento do trabalho com seus familiares.

Notas

¹ Traçador: serra grande, de lâmina elíptica, usado por duas pessoas para cortar toras e outras peças grossas de madeira.

Referências

- ALBERTI, V. Fontes orais: histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla B. (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. 2ed. p. 156- 202.
- BENEDICT, R. *O crisântemo e a espada: padrões da cultura japonesa*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- HANDA, T. *O imigrante japonês: história de sua vida no Brasil*. São Paulo: Centro de Estudos Nipo-Brasileiros, 1987.
- KUBOTA, N. F. L. *Bon Odori e Sobá: as Obasan na transmissão das tradições japonesas em Campo Grande-MS*. Marília: FFC/UNESP, 2008. Dissertação de mestrado.
- MOROKVASIC, M. *Crossing Borders and shifting boundaries of Belonging in Post-Wall Europe: a Gender Lens*.
Disponível em:
http://aa.ecn.cz/img_upload/6334c0c7298d6b396d213ccd19be5999/MMorokvasic_Crossingbordersandshiftingboundaries.pdf
Acesso em 04 abr. 2016. O texto foi publicado originalmente em alemão em: ANTAL, A. B; QUACK, S. (Eds). *Grenzüberschreitungen – Grenzziehungen: Implikationen für Innovation und Identität*. Berlin: Sigma, 2006. p 47-72.
- SAKURAI, C. *Romanceiro da imigração japonesa*. São Paulo: Sumaré, 1993.
- _____. *Os Japoneses*. São Paulo: Contexto, 2007.
- SILVA, A. C. F. *Nas Trilhas da Memória: uma colônia japonesa no norte de Mato Grosso – Colônia Rio Ferro (1950 – 1960)*. 194f. Cuiabá: ICHS/UFMT, 2004. Dissertação de mestrado
- RÜSEN, J. *Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã*. Trad. Nélio Schneider. Petrópolis: Vozes, 2014.
- VIEIRA, F. I. S. *O japonês na frente de expansão paulista: o processo de absorção do japonês em Marília*. São Paulo: Pioneira/USP, 1973.

RESUMO

Este texto tem como proposta compreender a relação entre a formação de sentido cultural e o papel das mulheres japonesas e suas famílias na colônia Gleba Rio Ferro, no estado de Mato Grosso - MT. Essas mulheres são filhas de imigrantes japoneses que vieram para o Brasil antes da Segunda Guerra Mundial e permaneceram nas cidades de Marília - SP e Assaí - PR até 1952, momento em que as famílias adquiriram lotes de terras no projeto de colonização privada conduzido pela Colonizadora Rio Ferro Ltda., no estado de Mato Grosso. Para tanto, a história oral será utilizada como metodologia na interpretação das experiências vivenciadas durante o processo migratório e na nova área de ocupação dessas famílias.

Palavras Chave: mulheres japonesas, migração e colonização, Gleba Rio Ferro

ABSTRACT

This paper aims at understanding the relationship between the formation of cultural meaning and role of Japanese women and their families in the colony Gleba Rio Ferro -MT. They are children of Japanese immigrants who migrated to Brazil before World War II and remained in the cities of Marília -SP and Assaí -PR until 1952, moment this that their families have acquired plots of land in private colonization project conducted by Settler Rio Ferro Ltda. in the State of Mato Grosso. Therefore, oral history is used as a methodology in interpreting the experiences of the migration process and the establishment of families in the new area of occupation.

Key words: japanese women, migration and colonization, glebe Rio Ferro